

OS PARLAMENTARES QUE TIVERAM A CASSAÇÃO SUGERIDA POR FALTA DE DECORO

■ **JOÃO ALVES** (sem partido-BA) — O cabeça do esquema, tanto no Legislativo quanto no Executivo. Era quem dava a palavra final sobre emendas de interesse de empreiteiras e sobre subvenções sociais, além de ser o responsável pela captação e distribuição das propinas. Foi apontado ainda como um dos maiores beneficiários de parte de verbas públicas destinadas a entidades; de usar pessoas humildes para ocultar seu verdadeiro patrimônio; de enriquecimento ilícito; e de lavagem de dinheiro através de loterias.



João Alves: o cabeça da máfia



Genebaldo Correia



Ricardo Fiúza



Ibsen Pinheiro



José Geraldo

■ **CID CARVALHO** (PMDB-MA) — O segundo da máfia. Era o elo entre membros do Executivo e empreiteiras, serviço pelo qual recebia gordas propinas. Por seu intermédio, construtoras foram contempladas com obras. Beneficiou-se de subvenções sociais.

■ **JOSE GERALDO** (PMDB-MG) — É acusado de integrar o “esquema das empreiteiras” e de fundar três entidades para receber verbas de subvenções sociais e dotações globais.

■ **GENEBALDO CORREIA** (PMDB-BA) — Acusado de enriquecimento ilícito, movimentou em cinco anos mais de US\$ 1,5 milhão. Representava os interesses de Ibsen Pinheiro.

■ **MANOEL MOREIRA** (PMDB-SP) — Indicado para o Orçamento por Ibsen Pinheiro, é acusado de enriquecimento ilícito, tendo movimentado em média US\$ 55,6 mil por mês contra uma remuneração mensal de no máximo US\$ 3.500. É acusado também de participar do esquema de favorecimento a empreiteiras.

■ **FÁBIO RAUNHEITTI** (PTB-RJ) — Acusado de enriquecimento ilícito, por ter auferido quase US\$ 15 milhões em recursos de subvenções. Parte desses recursos foi depositada em sua conta.

■ **FERES NADER** (suplente, PTB-RJ) — Acusado de ter se beneficiado de verbas de subvenção. Sua conta particular recebeu vários depósitos.

■ **RONALDO ARAGÃO** (senador, PMDB-RO) — Acusado de enriquecimento ilícito. Constatou-se que não há compatibilidade entre as rendas declaradas e sua significativa movimentação bancária.

■ **ÉZIO FERREIRA** (PFL-AM) — A principal acusação contra um dos campeões de apresentação de emendas é enriquecimento ilícito. Movimentou em cinco anos mais de US\$ 14 milhões.

■ **RAQUEL CÂNDIDO** (PTB-RO) —



Fábio Raunheitti



Manoel Moreira



Ronaldo Aragão



Cid Carvalho



Ézio Ferreira



Carlos Benevides



Flávio Derzi



Aníbal Teixeira



Raquel Cândido



Paulo Portugal



Feres Nader



João de Deus

Acusada de se beneficiar de subvenções sociais (mais de US\$ 800 mil nos últimos cinco anos).

■ **JOÃO DE DEUS ATUNES** (PPR-RS) — Acusado de se apropriar de subvenções sociais. Recursos liberados em 1991 foram parar na sua conta pessoal.

■ **DANIEL SILVA** (PPR-MA) — Sonegou impostos e se apropriou de quase US\$ 30 mil em verbas de subvenção. Os recursos, destinados a Imperatriz (MA), cujo prefeito era seu irmão, foram transferidos para a sua conta pessoal através de uma triangulação com a empresa Construmax.

■ **FLÁVIO DERZI** (PP-MS) — Acusado

de sonegação fiscal, também pesam contra ele procedimentos irregulares tanto na destinação quanto na aplicação de recursos federais.

■ **PAULO PORTUGAL** (PP-RJ) — Acusado de se beneficiar de subvenções. Sua variação patrimonial não condiz com os recursos lícitos auferidos.

■ **ANÍBAL TEIXEIRA** (PTB-MG) — Acusado de sonegação fiscal e enriquecimento ilícito, não conseguiu explicar a origem de vários depósitos bancários em sua conta particular.

■ **CARLOS BENEVIDES** (PMDB-CE) — Acusado de liberar subvenções para

entidades inidôneas. Documentos comprovam sua ligação com José Carlos Alves dos Santos e Ricardo Fiúza.

■ **IBSEN PINHEIRO** (PMDB-RS) — Mantinha relacionamento estreito com Genebaldo Correia, que representava seus interesses junto ao núcleo da máfia. Não comprovou ser lícita a origem dos recursos que lhe permitiam uma movimentação bancária muito superior aos seus rendimentos.

■ **RICARDO FIÚZA** (PFL-PE) — Editou mais 300 emendas ao Orçamento de 1992, após a votação do texto final. Tal procedimento custou aos cofres públicos mais de US\$ 220 milhões.